

MEMÓRIAS E ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ALTA FLORESTA-MT

Olaurildes Corrente

olaurildes@gmail.com

Técnico Regulador da Educação Superior, Licenciado em Ciências Agrícolas-UFRRJ, Especialista em Gestão Escolar-UFMT, Mestre em Agricultura Tropical

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo tecer considerações sobre a Educação Profissional no Estado de Mato Grosso com ênfase no município de Alta Floresta, expressando nossa experiência e os registros memorialísticos acerca da historicidade e criação da escola técnica. Ao longo do trabalho tecemos os principais registros da Educação Profissional no Estado, permitindo assim reconstituir parte de nossa aproximação com a educação técnica e profissional.

Palavras chaves: Registro memorialístico. ETE Alta Floresta. Educação Profissional. CENFOR.

Abstract: *The present work aims to make considerations about Vocational Education in the State of Mato Grosso with emphasis on the municipality of Alta Floresta, expressing our experience and memorial records about the historicity and creation of the technical school. Throughout the work we weave the main records of Professional Education in the State, thus allowing us to reconstitute part of our approach to technical and professional education.*

Keywords: *Memorial record. Alta Floresta ETE. Professional Education. CENFOR.*

Introdução

Pretendo com este artigo registrar minha passagem e minhas percepções pela Educação Profissional no estado de Mato Grosso, mais especificamente em Alta Floresta, onde comecei no serviço público. Iniciando com a Escola Rural Produtiva Alta Floresta e encerrando o relato com a extinção da autarquia Centro de Formação Profissional e Tecnológica (Ceprotec). Vivenciei vários momentos como professor de agropecuária, coordenador pedagógico e diretor. Recordar é viver ou morrer no sentido figurado, é claro. Viver de manter viva as lembranças ou morrer de saudades, morrer de tristeza, morrer de indignação pelo que já foi e deixou de ser pelo que foi construído e esquecido.

Espero que este breve relato possa servir de alguma forma para outros profissionais da Educação Profissional e para que a história não se perca pelo tempo que apaga nossas memórias.

1970

Na década de 1970, quando a economia do país estava acelerada, época conhecida como “milagre econômico”, necessitava-se de mais energia para atender à demanda nacional, quando o governo tomou a decisão de construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu no município de Foz do Iguaçu. Isso resultou na construção do enorme lago que ocupou uma vasta área de terra produtiva do oeste paranaense, desalojando milhares de produtores rurais. Dentre eles estava minha família, que decidiu procurar terras mais baratas em outras regiões do país. Terras eram oferecidas em várias regiões do país, principalmente Mato Grosso e Rondônia por várias colonizadoras que na época proliferavam no Brasil, num movimento incentivado pelo governo federal, que pregava a integração do país e ocupação da Amazônia com o *slogan* “Integrar para não Entregar”.

1980

Nesse contexto fomos para o município de Alta Floresta-MT, em 1985, desenvolver o sonho pecuarista de meu pai. Em três anos, com a fazenda pronta e implantada, decidi seguir outro rumo na vida, ser servidor público – não sabia que nesse momento estava fechando duas portas da minha vida: “a porta da riqueza e a porta da pobreza”. E assim assumi minha profissão de professor de Ciências Agrícolas, fui trabalhar numa escola agrícola do município que estava sendo implantada naquele momento, a Escola Rural Produtiva Alta Floresta (ERPAF), mantida pela prefeitura municipal, que através de uma parceria com o estado dividia as despesas.

O estado pagava o salário dos professores e em contrapartida a escola adotava a orientação pedagógica do estado, que estava lançando um projeto piloto de educação agrícola em algumas escolas, inclusive a nossa. A proposta pedagógica tinha como pilar um sistema de ensino que seguia o calendário agrícola da região (recesso em períodos de plantio e colheita), ensino por temas geradores, contextualização dos conteúdos no tempo e espaço de forma que (utilizava os conteúdos como meio para a construção do conhecimento e não como fim em si mesmo, comum nas pedagogias tradicionais com currículo predeterminado) não seguia livros didático.

Os conhecimentos eram construídos no desenvolvimento de “Temas Geradores”, que surgiam a partir dos eventos agrícolas e/ou sociais, quando eram discutidos com a comunidade escolar, objetivando a motivação e dando sentido à construção do conhecimento. As fontes de pesquisa eram o laboratório da natureza, laboratório vivencial, conhecimentos tradicionais e diversas fontes bibliográficas de que a escola dispunha naquele momento. O professor era o mediador na construção do conhecimento e sempre que possível envolvia os pais na formação (dos filhos) de um cidadão crítico capaz de entender o meio onde vivia para melhor nortear a construção de seu espaço na sociedade.

Passamos o ano de 1988 em capacitação e planejamento e no ano seguinte iniciamos as atividades com alunos de ensino fundamental. Em 1993 a escola passou a atender também alunos de ensino técnico de nível médio; sempre com a parceria com o estado, que bancava os salários dos professores.

1995

Em 1995 fomos surpreendidos pela Portaria 1266/95 do governo, que extinguiu os cursos profissionalizantes no estado. A partir daí as escolas não podiam mais oferecer cursos técnicos de nível médio. No plano dos gestores do estado só voltaria a oferecer após a reforma da Educação Profissional que vinha sendo discutida no Brasil. Essa Portaria afetou “mortalmente” a nossa escola agrícola, que sobrevivia com a manutenção do município e era conveniada com o estado, que bancava as despesas com os professores.

O diretor da ERPAF, Prof. Gentil Rossi, ainda conseguiu autorização para implantar mais uma turma de técnicos em 1997, garantindo assim o funcionamento até 1999, até que formasse a última turma. Nesse contexto veio trabalhar conosco o professor Geraldo Grossi Jr., da ERPAF de Barra do Garças, que estava em via de extinção, pelo mesmo motivo. Os professores Gentil Rossi e Geraldo Grossi foram em busca de soluções para que nossa escola não fechasse. Na capital receberam uma esperança, pois a Secretaria de Estado de Educação esperava apoio do governo federal para voltar a ofertar Educação Profissional.

Para isso precisava-se fazer um pré-projeto demonstrando interesse do município e potencial para instalação de um Centro de Formação Profissional. Com o retorno dos professores a Alta Floresta trazendo a novidade, me juntei a eles para ajudar a elaborar o pré-projeto. Encaminhamos o pré-projeto à Seduc-MT, que por sua vez encaminhou ao MEC. Já no mesmo ano, 1996, recebemos uma

comissão do MEC para avaliar as condições do município para aderir ao Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Mais uma decepção, a comissão não achou viável a expansão da Educação Profissional na escola agrícola, pois ficava a 25 km da cidade de Alta Floresta e não poderia atingir os objetivos do Proep. Mas aprovou o município para receber um Centro de Formação Profissional, desde que fosse em local de fácil acesso e na cidade, a ser definido.

Dessa forma não tinha mais como salvar a ERPAF, a não ser que o município assumisse todas as despesas, mas os gestores do município achavam que era uma escola muito cara para atender poucos alunos e muitos de outros municípios. Ainda, em 1998, fiz um último esforço, apresentei projeto, para continuar com os cursos técnico na ERPAF, ao secretário de Estado de Educação da época, Fausto de Souza Faria, que aprovou a continuação da parceria, quando assinou o Termo de Convênio 184/98 com o município de Alta Floresta em Diário Oficial de 03/07/1998, página 55, visando à formação de Técnicos em Agropecuária e implantação do Centro Público de Formação Profissional (Cenfor) que funcionaria na escola agrícola até a inauguração das obras. Porém, antes de iniciar novas turmas, o município decidiu pela não continuidade. Era o fim da ERPAF, o fim um sonho de muitos. E até agora, julho de 2022, a ERPAF encontra-se abandonada sem uso público, se deteriorando pelo abandono.

1998

O primeiro Cenfor de Mato Grosso foi criado através do Decreto nº 2160, publicado no Diário Oficial em 26 de março de 1998, página 3. Portanto **26 de março** é a data de aniversário da Escola Técnica de Alta Floresta. Tive o privilégio de ser o primeiro diretor do primeiro Cenfor de Mato Grosso. Fui contratado como professor e designado diretor do Cenfor que funcionou na ERPAF para dar

continuidade ao curso remanescente até a formatura da última turma em dezembro de 1999. Fui nomeado também, pelo prefeito Vicente da Riva, diretor do Cenfor pelo Decreto Municipal nº 025/98, de 30 de março de 1998.

No ano seguinte outros Centros Público de Formação Profissional foram criados nos municípios de Sinop, Rondonópolis, Barra do Garça, Juara, Cáceres, Matupá e Tangará da Serra através do Decreto 55, publicado no Diário Oficial de 24 de março de 1999. Depois a Portaria 112/99/SEDUC/GS/MT designou diretores e coordenadores dos Centros Públicos de Formação Profissional de Sinop, Rondonópolis, Sinop e Alta Floresta, publicada no Diário Oficial de 13/12/1999, página 5. Em 9 de dezembro de 1999 nós recebemos a outorga de Diploma de Diretor do Cenfor para o Biênio 2000/2001, em um evento no Hotel Fazenda na capital com a presença do governador, secretário de educação e outras autoridades.

Em maio de 1999 precisávamos definir o terreno para construção do Cenfor, pois este seria doado pela prefeitura como contrapartida. Das opções de terreno que tínhamos, definimos, em reunião com o secretário municipal de Educação Ecio Almagro Moura Matos e o prefeito Vicente da Riva, pelo terreno no Canteiro Central da Cidade. O terreno tinha 4800m² (80x60m), foi doado para o estado, pela Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através da Lei 875, de 15 de junho de 1999; determinando a finalidade de implantar o Cenfor. Em outubro do mesmo ano, em um evento em Barra do Garças, foi assinado o convênio para construção dos quatro primeiros Centros Públicos de Formação Profissional (Alta Floresta, Sinop, Barra do Garça e Rondonópolis) com a presença do ministro de Educação, Paulo Renato, do governador Dante de Oliveira, do prefeito de Alta Floresta, Vicente da Riva, demais prefeitos e outros gestores também estiveram presentes.

Em 4 de outubro de 2000 foi publicado no Diário Oficial o Termo de Contrato nº 093/2000 com a empresa Concremax Con-

creto, Engenharia e Saneamento Ltda., para construção do Centro Público de Formação Profissional no município de Alta Floresta no valor de R\$ 693.133,18 (seiscentos e noventa e três mil cento e trinta e três reais e dezoito centavos) com previsão de término de 285 dias consecutivos.

Durante o período que aguardávamos a construção do prédio participávamos de várias capacitações, palestras e seminários voltados para a reforma da Educação Profissional normatizada pelo Decreto 2208, de 17/04/1997. Complementares a essas capacitações fizemos várias visitas a outras escolas técnicas em outros estados do Brasil, e também nos Estados Unidos da América, mais precisamente no estado de Oklahoma, onde visitamos várias escolas em várias cidades com a finalidade de conhecer as estruturas, organização e funcionamento que serviriam de exemplo para nós que estávamos planejando a implantação dos Cenfors.

2002

Enfim a tão esperada inauguração do Cenfor. Dia 18/03/2002, o governador Dante Martins de Oliveira inaugurou a escola, agora com o nome de Centro Público de Formação Profissional “Professor Blásio Germano Schimitz”, a pedido do prefeito de Alta Floresta para homenagear o professor pioneiro de Alta Floresta que tinha falecido havia pouco tempo. O Cenfor ficou pronto ao custo de R\$ 1,4 milhão com 1757,53m², quatro salas de aula, auditório, biblioteca, salas de coordenação, direção, cantina e secretaria, laboratórios - Comunicação e Linguagem, Multimeios Didático, Físico-química, Biologia, Enfermagem, Construção e Informática.

Com os Cenfors inaugurados precisava pôr para funcionar, mas o estado não tinha recursos orçados para a Educação Profissional que estava vinculada ao Ensino Médio na Seduc-MT. Através dos Termos de Contratos 085/2002 e 086/2002 publicados no Diário

Oficial de 05/09/2002, o estado contratou a Escola Técnica Federal de Mato Grosso (hoje IFMT) para oferecer os primeiros cursos e assim começaram em Alta Floresta os Cursos Técnicos em Sistemas de Informações, Técnico em Construções Prediais e outros cursos básicos.

Somente em novembro de 2002 o governo criou o Fundo Estadual da Educação Profissional com a Lei nº 7.819 – DO de 11/12/2002, a Superintendência de Educação Profissional, os Centros Diamantino e Pontes e Lacerda, “recriou” os de Alta Floresta, Barra do Garças, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra passando-os para a estrutura da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Educação Superior.

2004

No governo Blairo Maggi a Educação Profissional foi reestruturada com a Lei Complementar 153/2004, que cria o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológico de Mato Grosso (Ceprotec-MT) como entidade autárquica dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, regido por Estatuto e Regimento próprios, vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec), revogando a Lei nº 7.819, de 09/12/2002 e alterando LC 49/1998, que inclui a Secitec no Sistema Estadual de Educação. Com a Lei Complementar 154/2004, cria a lei de carreira dos profissionais da educação profissional e tecnológica do Poder Executivo estadual (alteradas pelas LC 471/2012, 516/2013, 569/2015 e 600/2017) e cria a Lei Complementar nº 151, de 08/01/2004, que altera a denominação para Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – Secitec, bem como sua estrutura organizacional, e a Lei Complementar nº 152/2004 transforma o Fundo Estadual de Educação Profissional (FEFP), criado pela Lei nº 7.819 de 09/12/2002, em entidade autárquica, com personali-

dade jurídica própria e vincula à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec).

Para provimento dos cargos foi realizado concurso público para técnicos e professores. As vagas destinadas a professores não pareciam ser para escola técnica e sim para escola regular, pois disponibilizaram poucas vagas para engenheiros e outros bacharéis necessários à educação profissional enquanto tinha muitas vagas para professores do núcleo comum não muito necessários à finalidade do Ceprotec. Também nesse período foi realizado o processo seletivo para diretores dos Ceprotecs. Chama a atenção o fato inédito no estado nomear diretores através de processo seletivo conforme previsto no artigo 24 da LC 153/2004, o que me possibilitou entrar sem indicações políticas.

No final de 2002 eu havia me afastado do Cenfor para me dedicar ao mestrado em Agricultura Tropical na UFMT, concluindo em 2004, mesmo período em que abriram os editais para professores, técnicos e diretores. Com essas possibilidades fiz o seletivo para diretor e o concurso para professor de agropecuária obtendo êxito nos dois. Em 7 de julho de 2004 tomei posse como diretor e em 9 de fevereiro de 2006 tomei posse como professor, mantendo o cargo de diretor.

A partir de agosto de 2004, comigo já na direção, tomaram posse os técnicos e professores que haviam passado no concurso. Enfrentamos alguns percalços com a posse de professores e técnicos, desde dificuldades burocráticas para posse à chamada de professores sem consulta a gestão da escola. Foram chamados professores que não havia necessidade no momento e outros que precisávamos não foram chamados ou não tinham aberto as vagas no concurso. Para suprir as deficiências de professores tínhamos a alternativa de contratar professor convidado, mais uma novidade da LC 153/2004, porém o professor convidado era cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 40 horas semanais.

Com os servidores empossados o Ceprotec ficou estruturado com Conselho Diretor, Diretoria, Assessoria Jurídica, Coordenação de Administração e Planejamento, Coordenação de Integração Escola Comunidade e Coordenação de Desenvolvimento Educacional. Com essa estrutura e o Fundo Estadual de Educação Profissional (FEEP), os trabalhos avançaram e conquistamos a confiança da sociedade. O Conselho Diretor com representantes de vários setores econômicos e sociais da sociedade era atuante e trazia as demandas para os cursos. Os noticiários das TVs, rádios e jornais publicavam diariamente matérias positivas sobre o Ceprotec. Atendemos a várias demandas da sociedade que auxiliaram o desenvolvimento do município e municípios vizinhos, onde atendíamos naquele momento, como: Técnicos de Vendas, Informática, Enfermagem, Análises Clínicas, Agropecuária, Florestal, Meio Ambiente, Secretariado, entre outros, todos com boa empregabilidade.

Atendemos também demandas importantes com cursos básicos como: Design de Móveis, Design de Vitrine, Geoprocessamento, Eletrônica Básica, Informática Básica, Auxiliar Administrativo e muito mais. O “céu de brigadeiro” durou pouco, pois em 2008 fomos surpreendidos pela Lei Complementar 300/2008, que extinguiu a autarquia e transferiu a gestão dos Ceprotecs para a Secitec-MT e o Fundo Estadual de Educação Profissional não financiava mais só as escolas técnicas, como também outras ações de interesses eleitoreiros. Os cargos comissionados passaram a ser disputados por políticos para fazer suas indicações, indicando por vezes pessoas sem o perfil ou sem a qualificação necessária para desempenhar as funções e, com isso, caiu a qualidade das gestões.

Pouco tempo depois, em 2013, o governo extinguiu o FEEP - Fundo Estadual de Educação Profissional com o argumento que precisava de recurso para cobrir despesas de folha de pagamento, evidenciando naquele momento mudança de rumo com a educação profissional e o orçamento que mantinham as escolas técnicas foram

minguando ano a ano. As dificuldades se agigantavam na gestão da escola, por falta de recursos e interferências políticas na equipe gestora da escola. Nesse período solicitei transferência para Seciteci em Cuiabá pensando que poderia ser mais útil trabalhando na sede. No período de 2013 a 2019 a maioria dos cursos foram custeados com recurso federal do Programa Nacional de Emprego e Renda e pouco investimento do Estado. Com a diminuição dos recursos federais escolas esvaziaram, muitos servidores pediram exoneração e o números de alunos caíram drasticamente. Com espaços ociosos o governo resolveu dividir a estrutura das escolas com a Unemat e Escolas Militares, sob o argumento de aproveitar a estrutura ociosa e dividir custos de manutenção visando economicidade de recursos públicos. Em 2018 ainda houve um concurso tentando recompor o quadro de servidores e atender as necessidades das escolas em construção, mas foram disponibilizadas poucas vagas e poucos foram convocados para tomarem posse.

Considerações finais

A luta da gestão atual é ampliar o orçamento e melhorar a qualidade da educação profissional na Seciteci. Várias escolas com projetos, iniciados em 2008, com as construções paradas, foram retomadas e recentemente (2022) foi inaugurada a Escola Técnica de Cuiabá, Primavera do Leste e Cáceres e em fase de finalização tem mais duas uma no município de Água Boa e outra em Matupá. As demais escolas, do projeto de 2008, estão com as obras sendo executadas com previsão de entrega em 2023.

Resta a esperança que a Educação Profissional passa a ser uma das prioridades dos próximos governos e que reative o FEEP - Fundo Estadual de Educação Profissional e Recrie a autarquia CEPROTEC.

Referências

BRASIL. **Lei nº. 7.819, de 09 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a educação profissional, institui o Fundo de Educação Profissional, cria a Superintendência de Educação Profissional e os Centros Públicos de Formação Profissional – CENFORs.

BRASIL. **Lei Complementar nº 153, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso - CEPROTEC/MT e dá outras providências. Cuiabá, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar nº 154/2004, de 9 de janeiro de 2004.** Cria a lei de carreira dos profissionais da educação profissional e tecnológica do Poder Executivo estadual.

BRASIL. **Lei Complementar nº 300, de 10 janeiro de 2008.** Extingue a autarquia Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso – CEPROTEC, e transfere a gestão e suas unidades descentralizadas de educação profissional e tecnológica para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC.